



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES - DLA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA**

THAIS DOS SANTOS SILVA

**BILÍNGUES DA NOSSA PRÓPRIA LÍNGUA: UMA ANÁLISE ACERCA DA
DISTÂNCIA ENTRE O FALAR E O ESCREVER NA LÍNGUA PORTUGUESA**

**CAMPINA GRANDE
2022**

THAIS DOS SANTOS SILVA

**BILÍNGUES DA NOSSA PRÓPRIA LÍNGUA: UMA ANÁLISE ACERCA DA
DISTÂNCIA ENTRE O FALAR E O ESCREVER NA LÍNGUA PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Letras - Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras - Português.

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José de Andrade Brandão

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586b Silva, Thais dos Santos.

Bilíngues da nossa própria língua [manuscrito] : uma análise acerca da distância entre o falar e o escrever na língua portuguesa / Thais dos Santos Silva. - 2022.

22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Rinaldo José de Andrade Brandão, Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC."

1. Bilinguismo. 2. História da língua portuguesa. 3. Linguística. 4. Línguas. I. Título

21. ed. CDD 410

THAIS DOS SANTOS SILVA


BILÍNGUES DA NOSSA PRÓPRIA LÍNGUA: UMA ANÁLISE
ACERCA DA DISTÂNCIA ENTRE O FALAR E O ESCREVER NA
LÍNGUA PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso
(Artigo) apresentado a Coordenação
do Curso de Letras-Português da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciada em Letras-
Português.

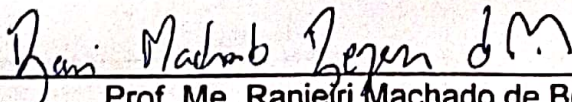
Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 29/07/2022.

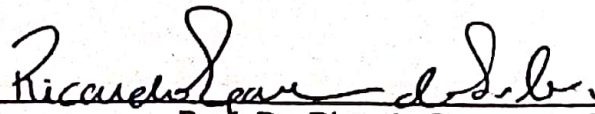
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rinaldo José de Andrade Brandão
(Orientador) Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB) Nota: 10,0



Prof. Me. Ranielri Machado de Bezerra Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Nota: 10,0



Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Nota: 10,0

Média: 10,0 (100%)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. A DISTÂNCIA ENTRE O FALAR E O ESCREVER DA LÍNGUA PORTUGUESA	9
3. AS NORMAS DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5. REFERÊNCIAS.....	19

BILÍNGUES DA NOSSA PRÓPRIA LÍNGUA: UMA ANÁLISE ACERCA DA DISTÂNCIA ENTRE O FALAR E O ESCREVER NA LÍNGUA PORTUGUESA

BILINGUES DE NUESTRA PROPIA LENGUA: UN ANÁLISIS SOBRE LA DISTANCIA ENTRE EL HABLA Y LA ESCRITA EN LA LENGUA PORTUGUESA

Thais dos Santos Silva

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar como a dicotomia fala e escrita, expressa através do conceito de “bilinguismo na própria língua”, como forma de diglossia entre normas orais e escritas divergentes, provoca nos utentes uma série de confusões acerca do entendimento da língua e dificuldades não só de aprendizagem formal mas também entre os próprios utentes escolarizados, não-escolarizados e em vias de escolarização. Para tal fim, os referenciais teóricos da sociolinguística aliados aos da história da língua (linguística histórica), as transformações sofridas pela língua portuguesa até ser transplantada para o Brasil fornecerão os saberes pertinentes para a compreensão de que a língua está em processo de mudança contínuo e que, por este motivo, todas as variações linguísticas devem ser respeitadas, as quais podem ou não permanecer ou resistir ao tempo. Assim sendo, a investigação baseia-se nos seguintes autores: Ilari e Basso (2009), Faraco (2008), Weinreich, Labov e Herzog (2006), Coutinho (1976), Marcos Bagno (2009), Viaro (2009) e Saussure (2006). O corpus da pesquisa foi constituído através de termos e suas evoluções ao longo do tempo, utilizando o falante como principal agente modificador e reflexionando com o usuário inserido no ambiente escolar, onde apresenta-lhe a gramática. Busca-se com esse trabalho proporcionar a reflexão e o interesse pelo estudo da história da língua portuguesa para que o falante consiga compreender os aspectos da mudança linguística.

Palavras - chaves: Bilinguismo. História da língua portuguesa. Mudança linguística. Usuário

RESUMEN

Este trabajo tiene como propuesta investigar como la dicotomía, habla y escrita, expresa a través del concepto de "bilinguismo en la propia lengua", como forma de diglosia entre normas orales y escritas distintas, ocasiona en los usuarios una serie de confusiones sobre la comprensión de la lengua y dificultades no solo de aprendizaje formal, así como entre los propios usuarios escolarizados, no escolarizados y en escolarización. Para tal propósito, los referenciales teóricos de la sociolinguística atados a la historia de la lengua(lingüística histórica), los cambios sufridos por la lengua portuguesa hasta ser trasplantada para Brasil, proporcionarán los saberes para comprensión de que la lengua sigue en procesos de cambio y que, por esta razón, todas las variaciones linguísticas deben ser respetadas y acogidas como normas que pueden permanecer o no frente al tiempo. De esta manera, la investigación se basa en los siguientes actores: Ilari e Basso (2009), Faraco (2008), Weinreich, Labov e Herzog (2006), Coutinho (1976), Marcos Bagno (2009), Viaro (2009) e Saussure

(2006). El corpus de la pesquisa se construyó teniendo como basis los términos y sus evoluciones a lo largo del tiempo, en el cual el hablante fue el principal agente modificador y reflexionando con el usuario imergido en el entorno escolar, en el cual se presenta la gramática. Se busca con este trabajo reflexionar y lanzar luz sobre los estudios de historia de la lengua portuguesa para que el hablante pueda comprender los aspectos de cambios lingüísticos.

Palabras-clave: Bilinguismo. Historia de la lengua portuguesa. Cambios lingüísticos. Usuarios.

1 INTRODUÇÃO

O termo Bilinguismo tem o significado originário voltado para o falante que domina duas línguas, assim como explica Bloomfield (1933): “resultaria da adição de um conhecimento perfeito de uma língua estrangeira, ou seja, dominar a língua materna e também outro idioma.” No entanto, iremos tratar apenas de um idioma, o Português, porém com duas modalidades, fala e escrita, e, desse modo, usaremos o termo “bilinguismo” para designar a oralidade e a escrita da língua portuguesa, tendo em vista, que existe uma distância considerável entre as modalidades. Dessa forma, durante toda a pesquisa será tratado o termo bilinguismo no sentido de duas línguas em um único idioma.

Com a observação dessa distância entre as dicotomias podemos utilizar o conceito de diglossia, uma vez que o termo pode ser utilizado na sociolinguística para se referir a duas modalidades de línguas opostas. No dicionário Michaelis, encontra-se a seguinte definição: “existência de bilinguismo ou hidialetismo em que há funções sociopolíticas diferentes entre as duas línguas ou dialetos”.

Segundo Gilvan Muller de Oliveira (2013), o panorama atual sociolinguístico do português brasileiro é:

uma diglossia entre uma norma oral endógena, desenvolvida no processo histórico de construção do Brasil, e uma norma escrita exógena, criada por uma espécie de compromisso com Portugal no âmbito da escrita, com a importação de traços gramaticais que se instalaram no português europeu a partir do século XVII, mas não no português brasileiro.

Na língua portuguesa, a distância entre a dicotomia fala e escrita afeta diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Para que possamos entender melhor como se deu esse distanciamento, é necessário que façamos uma trajetória no percurso histórico na construção da língua portuguesa.

A nossa língua materna, a língua portuguesa, é originária do latim, língua falada pelo povo romano que habitava o Lácio, um estado pequeno na Península Itálica. Por volta do século III a.C., segundo Câmara Jr (1970), ocorreram algumas divergências políticas - históricas - geográficas que contribuíram para a formação da língua portuguesa.

A língua latina possuía duas modalidades ou variantes linguísticas que são estudadas até hoje: o latim vulgar, considerado o termo genérico para todas as variantes da língua falada, pois era utilizado pela população sem nenhuma preocupação estilística; e o latim clássico, que era a língua da escrita usada com todas suas regras gramaticais. Por conseguinte, os romanos ocuparam muitos territórios e implantaram seus costumes, assim como sua língua. Todas essas misturas de línguas resultaram em vários dialetos (denominados “romances”,

variantes do latim que configuram uma fase mediadora entre o latim vulgar e as línguas românicas modernas), atualizando-se, em seu desenvolvimento no espaço e no tempo, nas várias línguas neolatinas, a exemplo do português europeu e no Português posteriormente transplantado para o Brasil. No entanto, a língua portuguesa que conhecemos hoje passou por várias transformações, quais sejam: fonético/fonológico, morfológico, sintático e semântico.

Assim como os romanos implantaram seus costumes, língua etc., a conquista dos portugueses das terras brasileiras também influenciou na língua. Porém, aqui existiam inúmeras tribos indígenas e, conseqüentemente, várias línguas. A junção da língua portuguesa com as línguas autóctones e as línguas de origem africanas possibilitou uma construção de identidade linguística já logo no processo inicial de transplantação da língua colonizadora. Além disso, a hipótese arcaizante ou conservadora na formação do português brasileiro, mais aceita entre os nossos linguistas históricos, ensejou um desenvolvimento diferente da nossa língua em comparação com o português europeu. O português brasileiro adquiriu, portanto, uma identidade própria que o distingue sobremaneira do seu congêneres.

O modelo de escrita, no entanto, ainda está submetido a normas que procedem da sua ascendência europeia. Conseqüentemente, o usuário da língua materna no Brasil, em alguma fase da aprendizagem formal da língua, já deve ter sentido inúmeras dificuldades diante do dilema da diglossia que caracteriza o português brasileiro. A língua evolui constantemente, mais rápido na oralidade que na escrita. Todas as mudanças e alterações geram muita dificuldade na aprendizagem dos usuários, principalmente na escrita, pois ainda há uma primazia da gramática nos estudos de língua materna, que tem o intuito de unificar a língua escrita, ou seja, padronizar¹ a escrita, para que do Norte ao Sul, pelo menos graficamente, tenhamos uma única forma de escrever.

A língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma-padrão. Essa descrição, é claro, tem seu valor e seus méritos, mas é parcial (no sentido literal e figurado do termo) e não pode ser automaticamente aplicada a todo resto da língua - afinal, a ponta do iceberg que emerge representa apenas um quinto de seu volume total. (BAGNO, 1999, p. 20.)

Portanto, não há possibilidade de acontecer uma padronização¹ da língua oral, porque cada usuário é único e sua fala depende da sua bagagem lexical. No nosso país, temos diversas maneiras de falar. Isso decorre de todo o percurso histórico do português do Brasil. Não é uma questão de falar certo ou errado, podemos usar o termo “falar diferente”; entendendo, portanto, que a nossa língua materna sofre variações.

A língua é heterogênea, ou seja, possui diferenças na comunicação. Pois cada usuário tem repertórios diferentes e utiliza-os de acordo com as práticas comunicativas. Entendemos, portanto, que a língua varia de acordo com a necessidade de cada falante. Nesse sentido, conheceremos algumas das variações existentes na língua.

¹ Entende - se padronizaçãoda língua portuguesa como forma de escrever e falar de uma mesma forma. Essa necessidade surgiu por causa da dificuldade de entender algumas obras do português arcaico, tendo em vista que os autores não seguiam uma norma padrão e escreviam como achavam conveniente.

A variação geográfica ou diatópica está relacionada ao local de vivência do usuário, por exemplo, a língua falada no Brasil e em Portugal é a língua portuguesa, no entanto, existem diferenças e no sentido da variação diatópica podemos classificar essas diferenças de regionalismo, a saber: No Brasil, utiliza-se a palavra celular, já em Portugal, o mesmo objeto chama-se telemóvel. No nosso país, utilizamos a palavra ônibus, porém, em Portugal, o mesmo transporte é nomeado de autocarro.

Obviamente, as diferenças entre o português do Brasil (PB) e o português europeu (PE) são muitas; lembremos, de passagem, as mais marcantes: O PE usa *sí* como anafórico de expressões de tratamento: Senhor Doutor, esta carta é para *sí*; ao passo que em PB se repete a expressão de tratamento: Doutor, esta carta é para o senhor.

- [...]
- O PB tem aceito uma série de empréstimos de origem americana, para designar artefatos que o PE designa mediante palavras criadas no interior da própria língua: um bom exemplo é a palavra brasileira *frizer* que, em PE, é *arca frigorífica* [...]. (Ilari e Basso, p. 158)

Não podemos deixar de citar a variação linguística diacrônica ou histórica que, como o próprio nome diz, aborda o desenvolvimento da história da língua, de suas origens latinas, passando pelo português arcaico até o contemporâneo. Se formos comparar algumas gerações, perceberemos determinadas gírias que, caso fossem utilizadas no tempo atual, soariam como estranhas. Na expressão “Vou encontrar meu *broto*”, atualmente a mesma expressão tem uma nova gíria: “Vou encontrar meu *crush*”, que têm o sentido de “Vou encontrar meu namorado”.

A variação diacrônica é às vezes percebida comparando gerações. Por exemplo, todos nós conhecemos gírias que, embora compreensíveis, soam “antigas”, e também é comum o caso de gírias compreensíveis somente aos mais velhos ou aos mais novos. Assim, muitos paulistas de hoje simplesmente não compreendem a expressão *estar de bonde*, que, no contexto do namoro à antiga, significava “estar com a namorada”; ao mesmo campo semântico do namoro de outros tempos pertencia também o substantivo *footing*, que indicava a prática dos adolescentes de passear a pé, em grupo, em local público, para ver adolescentes de outro sexo e ser visto por eles (elas); [...] muitos pais que tinham filhos adolescentes na década de 1990 tiveram sérias dificuldades para entender o significado do verbo *ficar*, que representava um modo de relacionar-se com o sexo oposto estranho à sua experiência. (Ilari e Basso, p. 152)

Tudo isso só nos mostra o quanto a língua muda no decorrer do tempo. Todavia, a língua muda, porque o falante muda. E vai continuar se modificando, tendo em vista que as necessidades aparecem e a língua adequa-se de acordo com a natureza da transformação.

Dando seguimento, há também a variação linguística diastrática ou social que é entendida pelos grupos sociais envolvidos: um médico que se utiliza de sua linguagem técnica para se comunicar com um paciente que não é da área da saúde. No entanto, Ilari e Basso explicitam no livro “*O português da gente*” (2009), que essa variação está voltada para o que tem acesso ao ambiente escolar e o indivíduo que não teve:

Encontramos, em compensação, uma séria diferença entre o português falado pela parte mais escolarizada da população (que, por acaso, é a parte mais escolarizada da população ou a menos pobre) e pela parte menos escolarizada. É o fenômeno que os linguistas chamam de variação diastrática (etimologicamente: o tipo de variação que se encontra quando se comparam

diferentes estratos de uma população). Referida às vezes como “português subpadrão” ou “português *substandard*”, (...)” (Ilari e Basso, p. 175)

Por conseguinte, existe a variação diamésica, uma das mais importantes para a análise da presente pesquisa. Esse tipo de variação linguística consiste na forma em que a mensagem será expressada, seja por meio da fala ou por meio da escrita em diferentes gêneros. Observemos:

A variação diamésica compreende, antes de mais nada, as profundas diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita. Uma longa tradição escolar acostumou as pessoas a vigiar a escrita e a dar menos atenção à fala, por isso muita gente pensa que fala da mesma forma que escreve. Na fala, as pessoas dizem coisas como “né”, “ocês”, “disséro”, “téquinico”, pensando que dizem “não é”, “vocês”, “disseram”, “técnico”. Mas a diferença entre o escrito e o falado vai muito além dos fenômenos que dizem respeito à forma das palavras. Entre o escrito e o falado, há uma diferença irreduzível de planejamento. (Ilari e Basso, p.181)

Além disso, há mais um tipo de variação linguística, a situacional ou diafásica. Que consiste de acordo com as situações formais e informais e o contexto em que é empregada. Por exemplo, quando o falante está em contato com os familiares mais próximos, tende a utilizar uma linguagem informal, com gírias. Já, quando esse se encontra em um ambiente de trabalho ou com pessoas pouco conhecidas, volta a utilizar uma linguagem formal. Em síntese, podemos entender o termo de variação linguística da seguinte maneira, como afirma Bagno:

O termo variação se aplica a uma característica das línguas humanas que faz parte de sua própria natureza: a heterogeneidade. A palavra língua nos dá uma ilusão de uniformidade, de homogeneidade, que não corresponde aos fatos. Quando nos referimos ao português, ao francês, ao chinês, ao árabe etc., usamos um rótulo para designar uma multiplicidade de modos de falar decorrente da multiplicidade das sociedades e das culturas em que as línguas são faladas. Cada um desses modos de falar recebe o nome de variação linguística. (BAGNO, Marcos. Variação linguística. Glossário Ceale disponível em <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/variacao-linguistica>>. Acesso em: 15/06/2022)

Assim, diante do exposto, não faz nenhum sentido insistir em afirmar que a língua é homogênea, que tem que unificar em uma norma específica. Utilizar das variações só demonstra como o usuário utiliza a língua de maneira sincera, em busca de seu verdadeiro objetivo que é a comunicação. E não como parte da sociedade que acredita que fazer uso das mesmas é uma marca de inferioridade. As variações existem, as pessoas queiram ou não. Isto posto, justifica-se o porquê da aceitação de "bilinguismo" na própria língua, como destacado no título deste artigo.

Nesse sentido, o presente estudo dar-se-á através da pesquisa bibliográfica utilizando-se da abordagem qualitativa, que Chizzotti (1995, p.79) defende da seguinte forma:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte

integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A investigação busca conhecer a real dificuldade dos usuários escolarizados e não-escolarizados acerca da aprendizagem da língua portuguesa, alicerçada em um conceito formulado a partir da ideia de "bilinguismo na própria língua", em que o termo "bilinguismo" está relacionado às formas de falar e de escrever em português do Brasil.

Colabora também a aproximação do usuário com a sua língua materna, percebendo que não tem como unificar as duas modalidades, visto que são alterações e mudanças seculares. Portanto, teremos conhecimento da trajetória da nossa língua materna, a língua portuguesa. Desse modo, observaremos as mudanças e alterações através de análises no decorrer do presente artigo.

2 A DISTÂNCIA ENTRE O FALAR E O ESCREVER NA LÍNGUA PORTUGUESA

A distância entre as duas modalidades afeta o falante de maneira intensa, já que o não domínio de ambas contribui com a dificuldade nas relações interpessoais. Pois, como diz Faraco (2008), a questão da língua no Brasil não é apenas linguística, mas, antes de tudo, política. Dessa forma, a habilidade, ou sua falta, com as modalidades da língua é reflexo da desigualdade social do país, visto que a dificuldade de acesso à escola gera também a falta de oportunidades de crescimento, seja no campo intelectual, seja no campo profissional.

Eis porque a questão do “falar bem” ou do “escrever bem” ainda está muito associada à classe social, tudo isso pelo fato da dificuldade de acesso a todo e qualquer tipo de recurso que atenda a essa necessidade; o que de forma direta afeta a leitura e a aprendizagem, pois são muitos os usuários que, por conta da falta de acesso à educação, acabam sendo excluídos e passam a pertencer aos dados dos não escolarizados do país, fazendo com que a norma-culta seja considerada a língua de prestígio, a língua dos ricos.

Obviamente, não podemos esquecer que alguns grupos de falantes dominam precariamente as normas, ou melhor, não se atualizaram quanto às mudanças linguísticas. Devemos ter em mente que não existe na língua apenas uma norma:

Apesar de haver diferenças entre os falantes quanto ao domínio das muitas normas sociais, não há falantes que não falem sem o domínio de alguma norma. Diferentes grupos sociais, por terem histórias e experiências culturais diversas, usam sim normas diferenciadas (e até discordantes). Mas não há grupo social que não tenha sua norma, que fale sem o suporte de uma dada organização.” (Faraco, 2008, p.37)

Um mesmo usuário domina mais de uma norma, e ao longo de sua trajetória mudará sua forma de falar e de escrever de acordo com a necessidade de suas práticas comunicativas. E é por isso que os usuários que têm acesso ao ambiente escolar passam a perceber a diferença entre a escrita e a oralidade e os que persistem nos estudos conseguem assimilar as diferenças entre oralidade e escrita, já que aqueles que interrompem os estudos possuem mais dificuldades e estão mais suscetíveis à exclusão social, particularmente às demandas de emprego cada vez mais especializadas. Isso faz com que surjam inúmeras dificuldades e bloqueios, pois enquanto o usuário não escolarizado desconhece a existência de todas as regras, ele usa a língua de maneira única, ou seja, “escreve do jeito que fala”.

Dessa forma, o preconceito linguístico, que segundo Marcos Bagno (2002) é a

rejeição às variedades linguísticas de menor prestígio, apresenta-se com mais ênfase de escolarizado para não escolarizado. Já o preconceito sofrido pelo não escolarizado, está relacionado ao tratamento que é dispensado a ele e que faz com que desperte nele uma aversão ao ambiente escolar.

O preconceito linguístico tem um alcance demasiadamente forte em nossa sociedade devido ao fato de as pessoas confundirem norma culta com norma curta:

Nossas heranças coloniais ainda embaraçam a democratização da norma culta/comum/standard, em especial da norma escrita. {...} a educação linguística que oferecemos a nossos estudantes é ainda de baixíssima qualidade. E por fim, não conseguimos ainda aceitar com clareza a nossa norma culta/comum/standard efetiva e nos aproveitamos, no jogo dos poderes simbólicos, da tradição que se consolidou na norma curta. (Faraco, p. 62)

Nesse sentido, podemos entender que estamos há muito tempo extraviados com relação a reconhecer a nossa identidade linguística. E o mais preocupante é que não conseguimos apreender as mudanças linguísticas que ocorreram na nossa língua materna.

3 AS NORMAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

A norma tem o seu significado voltado à ideia de regra, que regula atos, aquilo que é padrão. Quando se refere à norma linguística, a compreensão surge a partir da precisão de estabelecer um grau conceitual para salientar a heterogeneidade que constitui a língua.

(...) pode-se entender norma, no plano teórico, como cada um dos diferentes modos sociais de realizar os grandes esquemas de relações do sistema. Nesse sentido, cada norma se organiza como um certo arranjo de possibilidades admitidas pelo sistema. (...)" (Faraco, p. 34)

É importante salientar que toda norma tem uma organização estrutural. Desse modo, é impossível afirmar que um usuário que não teve acesso ao ambiente escolar comunica-se "sem gramática". Assim sendo, esse conceito entra em contradição com a questão de erro na língua.

[...] há cinco décadas, o linguista Mattoso Câmara Jr. (1957) já chamava a atenção para o fato de que os "erros escolares" são, na maioria das vezes, manifestações de uma mudança ou de uma tendência da língua. Hoje podemos ir mais longe, dizendo que muitos "erros" nada mais são do que manifestação, ou a irrupção, no texto que se produz para a escola, de uma variedade linguística que a escola continua fingindo que não existe. [...]
(Ilari e Basso, 2009, p.231)

Em suma, podemos compreender que diferentes comunidades têm suas organizações estruturais, os falantes participam de relações sociointeracionais, têm diversos modos de falar (e escrever), de acordo com as normas da comunidade a que pertencem.

Por agora, para que não restem dúvidas acerca das diferentes estruturas linguísticas, analisemos alguns exemplos.

Principiemos pela pronúncia das palavras arroz, gírias, inglês, cuscuz. Em algumas organizações estruturais do nosso país, a norma (o 'normal') é a forma de fala africada (conhecida popularmente como o chiado): arroxis, qíriaxis, inglêxis, cuscuxis; em outras localidades, o normal é a fala não africada. Nesse sentido, é

compreensível que um usuário (que tem pronúncia africada), iniciante na prática da escrita e da leitura, por vezes utilize na escrita uma representação gráfica daquilo que pronuncia.

As dificuldades com a escrita não acontecem apenas pelas variações linguísticas, mas também pelo léxico, como em palavras que têm som de [z], mas são escritas com [s]: casa, piso, entre outras. A composição do léxico da nossa língua portuguesa foi construída a partir de vários aspectos: as expressões e palavras que remontam ao latim vulgar, aos empréstimos, às palavras eruditas e às criações vernáculas.

Na Península Ibérica existiam duas grandes línguas, o catalão e o castelhano, que se originaram em razão de conquistas de territórios. Com a origem do português não foi diferente, formando-se através de um processo de Reconquista². Esses processos de posses territoriais modificaram diversos aspectos, inclusive a língua habitual dos povos que estavam inseridos nas áreas obtidas.

Entendamos melhor quais foram os efeitos linguísticos dos movimentos da Reconquista: por volta do ano 1000, as línguas românicas mais prestigiosas da península ibérica eram o galego, o leonês, o asturiano, o castelhano e o aragonês, todas faladas ao norte, nos Montes Cantábricos ou nos Pirineus. Essas variedades se impuseram a outras línguas vizinhas, que desapareceram, e, em sua expansão para o sul, acabaram por suplantar também o moçárabe, a língua falada pelos cristãos que lá viviam, no território dominado pelos árabes(...)" (O português da gente, Ilari e Basso, p.19)

Nesse sentido, com os resultados desses movimentos, a capital de Portugal teve que ser deslocada para a cidade de Guimarães e logo depois para Lisboa. Consequentemente, a língua portuguesa também foi transferida do norte para o sul do rio Douro. Esse deslocamento foi um dos responsáveis pela fragmentação entre o português e o galego.

Por conseguinte, o português passa a ser denominado como **português arcaico**, tendo estes muitas influências do galego, razão pela qual também era chamado **galego - português**. Nessa perspectiva, um texto desse período é de difícil leitura para um leitor atual, por exemplo, a ortografia não era totalmente fixada.

Após o português arcaico, a língua entra em um novo período intitulado de português clássico, que corresponde a um momento de riqueza e apreciação das artes e também da cultura. Era o século XVI que fora reconhecido como o século da literatura portuguesa. Desse modo, algumas mudanças ocorreram de um período para o outro, quais sejam: lexicais, fonéticas, sintáticas. Com relação às mudanças lexicais, vejamos:

Analisado do ponto de vista histórico, o léxico do português brasileiro aparece como resultado de um longo processo, no qual muitas palavras antigas se perdem ou só sobrevivem com novas funções e novos valores, ao mesmo tempo que novas palavras vão sendo constantemente criadas. (O português da gente, Ilari e Basso, p. 135)

Uma outra modificação interessante do latim vulgar para o português foi que, nos dois períodos anteriormente citados, o português conservou o "sistema de quatro

² "Reconquista" é o nome dado aos movimentos políticos - militares de expansão pelos quais passaram alguns reinos cristãos que, por volta do ano 1000, ocupavam a faixa mais setentrional da Ibéria. (O português da gente, Ilari e Basso, p. 16)

sibilantes”, que, segundo Ilari e Basso, é constituído pelas africadas 1 /ts/ e 2. /ds/ e pelas constrictivas (que são pronunciadas com o aparelho fonador fechado, bloqueando um pouco a passagem de ar) 3. /s/ e 4. /z/. Ou seja, em outras palavras, a família do /s/ e do /c/ tinham diferenças na pronúncia, diferentemente do português atual, que algumas palavras são escritas em grafia distintas, mas a pronúncia é a mesma: cervo/ servo, cinto/sinto.

Os empréstimos são expressões que complementam o léxico, eles aconteceram de acordo com o contato da língua portuguesa com outras línguas. Podemos lembrar das várias palavras que utilizamos que são originárias das línguas indígenas: “mandioca”, “macaxeira”, “capivara”. Algumas praias do nosso estado, “Manaíra”, “Tambaú”. Devemos ter em mente que quando os portugueses invadiram esse espaço que hoje chamamos de Brasil, os indígenas já tinham nomeado tudo, as plantas, os animais, dentre outros. Nesse sentido, os invasores empregaram algumas nomenclaturas indígenas, principalmente do tupi.

Com relação às línguas indígenas, ocorreram as transformações que já conhecemos, a partir da utilização por um longo período das línguas gerais de base tupi, línguas de comunicação entre brancos, índios e negros. Mas não podemos esquecer que os nossos indígenas foram massacrados, a história da formação do Brasil é a história de vários genocídios, principalmente dos indígenas. Dessa forma, não teve tempo para que as línguas indígenas contribuíssem de outra maneira que não fosse pelo léxico.

Prosseguindo, as línguas africanas também tiveram um forte impacto na língua portuguesa. Segundo Melo (1975), as línguas africanas influenciaram através do processo de morfologia, como na redução das formas do plural; no léxico, com a aquisição de algumas palavras de pronúncias mais fáceis do que o tupi: “muleque”, “fubá”, “cachaça”. É importante destacar esses exemplos dessas duas línguas, porque como afirma Ilari e Basso (2009, p.140), a forte presença de palavras indígenas e africanas e de termos trazidos pelos imigrantes é um dos traços que distinguem o português do Brasil e o português de Portugal.

Com relação às palavras eruditas, são aquelas que mantêm a mesma origem ou formação, que estão na forma clássica. O radical grego “bio” torna-se um morfema formador de palavras em português. “bio” (um termo de origem grega que significa vida) não se transformou, outras palavras foram criadas a partir dela: biodegradável, biologia, biosfera. Todas as palavras citadas têm relação com o significado de vida.

(...) É pouco provável que os inventores dessas palavras conhecessem a fundo o grego antigo, e isso de certo os distingue dos renascentistas. Aliás, é quase certo que muitas dessas palavras foram criadas por imitação do inglês ou de outra língua contemporânea, e certamente as novas formas só se firmam e se mantêm porque a língua já dispõe de um bom número de termos científicos em que o mesmo radical bio é compreendido como uma unidade à parte. (Ilari e Basso, 2009, p.144)

Outra categoria importante do léxico são as palavras de formação vernacular. Estas são criadas a partir de outras existentes na língua. Um processo conhecido como formação de palavras.

Seria um grande erro subestimar a importância histórica do empréstimo e da formação erudita como fatores de formação do léxico da língua, mas uma parte considerável do léxico do português brasileiro (provavelmente maior) foi criada a partir da língua falada todos os dias, à medida que os falantes iam formando combinações novas de materiais lexicais previamente existentes, dos quais tinham um conhecimento vernáculo. (...) (Ilari Basso, p. 145).

No que diz respeito à formação das palavras, alguns vocábulos portugueses são constituídos por composição e derivação, ou seja, a composição representa a junção de dois ou mais radicais. Radical é a parte que tem o significado da palavra, ou seja, a parte mais importante do vocábulo: “guarda-roupa”, no qual o radical é “guard + roupa”. Já a derivação acontece quando são acrescentados afixos (prefixos e sufixos), seja no início ou no final, e esse processo é chamado de derivação prefixal e sufixal; vejamos o seguinte exemplo: a palavra “feliz” com o acréscimo do prefixo “in” (termo que vem antes do radical), torna-se uma nova palavra “infeliz”, já se acrescentarmos um sufixo “mente” (termo que vem após o radical) teremos uma nova palavra “felizmente”.

Dando seguimento, sabemos que a sociedade tem uma necessidade de nomear/categorizar tudo. Categorizou animais, plantas e por último nós seres humanos. Com a linguagem não seria diferente. Posto isso, existem nomenclaturas para as normas que devem ser utilizadas na escrita e na oralidade: Norma culta, norma padrão, norma curta e norma gramatical.

Anteriormente, observamos o conceito de norma. Com relação à norma culta, podemos entender como um modo de escrita e fala mais elaborado. Porém, não deixa de ser uma variação linguística, no entanto, é considerada uma variação de prestígio, usada por falantes de nível alto de escolaridade. Com relação à norma padrão, esta baseia-se na gramática normativa e tradicional. A sociedade idealiza que, através dessa norma, aconteça uma padronização da língua portuguesa, esquecendo do usuário e, conseqüentemente, das variações. Como afirma Bagno, (2007), caracteriza um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização. Nesse sentido, a norma padrão tem uma subnorma que é a norma gramatical. Dessa forma, a norma culta é a variação que mais se adequa à norma padrão.

A expressão norma culta/comum/standard, como discutimos acima, designa um conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social. (Faraco, p. 71)

Assim, as normas são importantes para a língua, mas a língua não é fundamentada apenas pelas normas. Diante do exposto, entendemos que cada grupo de usuário utiliza estruturas linguísticas diferenciadas. No entanto, se o usuário tem acesso à norma culta, por que não a utilizar de acordo com a sua necessidade? O que não podemos confundir é a norma culta com a norma curta. Segundo Faraco, (2008, p. 92), “Ela não passa de uma sùmula grosseira e rasteira de preceitos normativos saídos, em geral, do purismo exacerbado que, infelizmente, se alastrou entre nós desde o século XIX. A norma **curta** é a miséria da gramática.”

No entanto, é a norma curta que está sendo aplicada há longo tempo. Ela que prevalece na mídia, no discurso da escola. O que, infelizmente, valoriza a cultura do preconceito linguístico. E alguns usuários tendem a utilizar-se da norma curta para desqualificar os outros.

As normas são importantes, pois servem como registros da língua. Mas não podemos atribuir prestígio às normas e deixar de lado as variações, pois tudo isso faz parte da língua. A língua é múltipla, são várias línguas em uma língua, a língua é viva.

Sendo assim, as variações linguísticas tão presentes em qualquer língua, são o ponto de partida para a mudança linguística:

A mudança é entendida como uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais. No terceiro postulado colocado no texto, os autores insistem que 'nem toda variação e heterogeneidade envolvem mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade' (Weinreich, Labov e Herzog, p. 139)

Nesse sentido, devemos lembrar que a mudança linguística acontece referente a dois tipos de condicionamentos: o externo e o interno. Cardeira (2006, p.13) esclarece que o interno é inerente ao sistema linguístico e o externo está voltado para o extralinguístico. Dessa forma, o interno é pautado no sistema da língua em seus elementos internos, o que está dentro da língua, a sua estrutura como, por exemplo, a gramática. Já o externo, está voltado para o que está fora da língua, ao redor. Portanto, a língua pode ser alterada em diferentes locais ou diferentes momentos.

O linguista Fernandi Saussure (2006) também trata sobre esses dois tipos de condicionamentos. No que diz respeito aos aspectos externos, ele aborda sobre as relações etimológicas da língua, que é a história de uma civilização, o desenvolvimento de um povo com a sua língua, e de que forma isso altera a língua. Procura também entender a relação da língua com a história política, como os diferentes momentos e movimentos políticos podem alterar a história de uma língua e seu desencadeamento, tanto na fala quanto na escrita.

Entendemos, portanto, que as mudanças linguísticas não acontecem de forma abrupta, ou seja, não afetam rapidamente o falante, pois todos os estudos e pesquisas demandam tempo e aceitação dos falantes. Pois, de nada adiantarão as mudanças, se o usuário não passar a utilizá-las. Podemos usar como exemplo as mudanças fonológicas do latim para o português e do português arcaico até o português atual.

Com relação às mudanças fonéticas do latim para o português passaram por três importantes leis que, segundo Coutinho (1976), são: os fundamentos que comandam as evoluções dos vocábulos: (i) lei do menor esforço que se refere às quedas dos fonemas, (ii) lei da permanência de consoante inicial que está voltada para a manutenção do que está no início da pronúncia e a (iii) lei da permanência de sílaba tônica que é a manutenção da sílaba de maior relevo na pronúncia.

Todas as mudanças ocorridas na língua ainda estão em processo. Por exemplo, a epêntese - acréscimo de sons no interior do vocábulo - da semivogal anterior [j], citada anteriormente, muito utilizada no PB, em arroz, capaz, voz, freguês (p.135). Assim, como também, o uso da palavra "advogado" (adevo'gadu), "lista" (list/r/a); Nessa mesma página, Viaro afirma que Álvaro de Azevedo, séc. XIX, rimava "azuis" com "luz", o que revela a antiguidade do uso e a estabilidade da mudança.

No campo da prótese, há o exemplo da adição do fonema /a/ no início de verbos, nas variações não-cultas do interior, como "avoar" e "alembrar" (lembrando que "avoar" está dicionarizado, tendo um particípio muito utilizado, "avoadado"), "alevantar". Assim, como também a aglutinação do artigo feminino /a/ "lat mora > mora > a + mora > amora" (p. 133). Com relação ao fenômeno de paragoge (ou epítese) este está voltado para o acréscimo de som no final da palavra: "variz"/ "variz/e/".

Além dessas adições, existem também as subtrações. Um caso muito comum é a monotongação do ditongo: "feira" > "fera", "apaixonado" > "apaxonado". Temos também o fenômeno que anula uma sílaba, a aférese: "embora" > "bora", "estou" > "tô". Outros casos ocorrem também com relação à fala acelerada: "vamos embora" > "vambora".

Outro caso comum é a ocorrência da síncope, que extingue um som no meio da palavra: "padre" > "pad/ /e", "óculos" > "oc/ /los". Já quando subtrai um fonema ao

final da palavra o fenômeno nomeia-se de apócope: “ferrugem” > ferruge/ /”, “fotografia > foto/ /”. No campo da subtração, há também a haplogia que consiste em subtrair a letra de duas sílabas repetidas e também quando causa cacofonia que é quando a pronúncia da palavra soa desagradável: “paralelepípedo > paralepípedo / saudade + oso > saudadoso > saudoso”.

Dando seguimento, existem outros fenômenos que se constituem a partir do processo de transposição: A metátese acontece através de um movimento de transposição na mesma sílaba: “perguntar > p/r/eguntar>/ “semper (latim) > semp/r/e. Já a hipertese, ao contrário da metátese, é quando o fonema passa para outra sílaba: ” lagarto > la/r/gato, “iogurte > io/r/gute.

Ainda no campo da transposição temos também a sístole, que é o recuo do acento tônico: “pantânu (latim) > pântano”/ “idólu (latim) > ídolo”; Diferente da sístole, a diástole consiste no avanço do acento tônico: “vendére (latim) > vender”/ “océãnum (latim) > oceano”.

Prosseguindo, a degeneração consiste na alteração do fonema /b/ para o fonema /v/: “bassoura”/ “vassoura”, “brabo”/”bravo”. No que diz respeito ao caso de desnasalação corresponde a troca de um fonema nasal por um fonema oral: “bõa” (português arcaico)/ “boa” (português contemporâneo), “viagem”/ “viage”. A dissimilação configura - se na transformação de um fonema para distinguir de outro fonema parecido: “feminino”/ “femenino”, “menino”/ “minino”.

Acerca do caso de rotacismo, apresenta-se com a troca do fonema /l/ pelo /r/: “flor”/”fror”, “chiclete”/”chicrete”. Já no lambdacismo, acontece o processo contrário ao rotacismo: transforma o fonema /r/ no /l/: “flaco”/”fraco”, “calo”/”caro”.

A monotongação e a ditongação, citadas anteriormente na parte dos metaplasmos por subtração, também estão encaixadas no campo da transformação. A primeira ocorre quando existe uma redução ou transformação de um ditongo em uma vogal: “casou”/”casô”, “peixe”/”pexi”. A segunda, consiste no conceito contrário, é quando uma vogal se transforma em um ditongo: “português”/”portuguêis”, “dez”, “deiz”.

Dando seguimento, há o caso de transformação por metafonia que está voltado ao procedimento de alteração do timbre ou altura de uma vogal: “porco (ô)”/ “porcos (ó)”, “ovo (ô)”/”ovos (ó), ou seja, o som da palavra muda quando essa passa para o plural.

A nasalização ocorre quando um fonema oral transforma-se em um fonema nasal: “igreja”/ “ingreja”, “mortadela”/ “mortandela”. Temos também o caso de sonorização, que acontece no momento em que um fonema surdo (ocorre quando não há vibração nas cordas vocais) transmuda para um fonema sonoro (quando há vibração nas cordas vocais): “maritu (latim)/ “marido”, “caspá”/”gaspa”.

No que diz respeito a palatização, equivale a um seguimento de um ou mais sons em uma palatal (ocorre quando ao falar a língua encosta no palato): “família”/”familha”, “Emília”/”Emilha”. Adverso ao conceito de palatização, a despalatização advém da transformação do fonema palatal para outro oral ou nasal: “palio”/”palho”, “empecilho”/ “empecilio”.

A partir das exemplificações postas até aqui, podemos entender que as formas que são relacionadas à ideia de erro são, na verdade, processos que ocorreram na configuração da história da língua. A fala é algo natural, diferentemente da escrita que é uma construção da sociedade. Dessa forma, tudo o que é considerado erro para os puristas, para o viés da linguística é entendido como o uso de uma forma arcaica.

Todos esses exemplos citados fazem parte dos chamados metaplasmos, pois a língua, como já foi explicitado no corrente artigo, sofreu e sofre mudanças ao longo

do tempo. Demonstrando também que as transformações que ocorreram não foram apenas ocasionadas pela passagem do latim para o português, mas acontecem no português atual. Nesse sentido, algumas transformações podem chegar a ser dicionarizadas. Enquanto outras ficam na informalidade.

Os processos de metaplasmos são do campo da fonética. Eles ocorrem excessivamente no registro informal fundamentado na oralidade. Os metaplasmos são aprofundados por Coutinho (1976, p.142), o termo é conceituado da seguinte forma:

As modificações fonéticas que os vocábulos sofreram ao longo da sua evolução. Essas modificações podem ser de quatro espécies [...] Assim sendo, dividem-se os metaplasmos em, a) metaplasmo por permuta; b) metaplasmo por aumento; c) metaplasmo por subtração; d) metaplasmo por transposição.

Todos esses casos que foram explanados são importantes para mostrar que todos nós falamos dessa forma, independentemente de nível de escolaridade ou classe social, o fato de se escrever de um jeito e falar de outro é apenas uma questão de convenção social, fato que dificulta a aprendizagem da escrita nas primeiras etapas de escolarização e demonstra que o preconceito linguístico é destituído de sentido, não compatível com os fatos linguísticos.

Considerando as mudanças que a nossa língua sofreu, pode-se dizer que o resultado é a dificuldade de assimilação das mesmas, o que não deixa de ser natural. Dessa forma, a maioria dos usuários dentro do ambiente escolar consideram o português a disciplina mais difícil da escola. Não só a julgam como difícil, mas também como impossível de se aprender não apenas as regras, mas também as suas exceções. Entretanto, a principal dificuldade é na escrita, o que reflete até mesmo no desempenho dos alunos mais participativos e estudiosos.

Tudo isso se dá por causa dessa distância da fala para a escrita. Dessa forma, tendo conhecimento da dificuldade que os discentes apresentam, o artigo objetiva mostrar como as mudanças fonéticas ocorridas nos primórdios da língua portuguesa, ou seja, do latim para o português, ainda estão em processo, revelando a permanência e a naturalidade da mudança, operada efetivamente pelas variações mais populares da língua.

A modalidade oral e a modalidade escrita quando entendidas de forma estanques, dificulta a aprendizagem em vários níveis escolares. Percebe-se, portanto, a dificuldade dos alunos com a escrita. Nesse sentido, por muito tempo, a escola focou na leitura e escrita e foi indiferente com a oralidade, fazendo com que essa indiferença causasse muita dificuldade de desempenho no ensino médio e também no superior. Tudo isso porque temos a oralidade como aquisição da fala e não como uma modalidade de ensino.

Conforme o Glossário Ceale:

A oralidade não se restringe ao estudo da materialidade da fala, mas envolve, em contextos socioculturais específicos, a fala associada a seu ritmo, entonação, volume e entrelaçada a múltiplas linguagens, como a gestualidade, a mímica, a imagem e até à modalidade escrita da língua (por exemplo, na TV, numa exposição oral em que se usa algum apoio escrito). Mesmo quando um indivíduo não se manifesta verbalmente, suas reações corporais (de interesse, curiosidade, tédio, indiferença, cansaço, emoção, entre outras) podem influenciar nas decisões discursivas tomadas por seu(s) interlocutor(es) e, com isso, no andamento da interação.

Quando a criança chega à escola, já sabe falar sua língua materna e interagir em situações do cotidiano. Por isso, indicar para o aluno simplesmente que “converse com o colega” não significa tomar a oralidade como objeto de

ensino.

Por essa razão, o “bilinguismo” da língua portuguesa está tão presente na sala de aula. Por conseguinte, temos a imposição da gramática, a qual o aluno preocupa-se em decorar para concluir a disciplina, pois não faz uso em seu cotidiano, visto que, em sua rotina, ele utiliza mais a linguagem oral que a escrita. De toda forma, isso não quer dizer que não é importante o ensino da gramática nas aulas de língua portuguesa, muito embora Antunes (2007, p. 53) se posicione de forma contrária ao afirmar que: “sabe-se perfeitamente que ela em si, não ensina ninguém a falar, ler e escrever com precisão.” Assim sendo, é dever da escola ensinar a aplicar a gramática de maneira consciente e nas determinadas situações comunicativas.

[...]Do ponto de vista pedagógico, é fundamental perceber que os alunos que chegam à escola falando uma variante subpadrão precisam aprender a variedade culta como uma espécie de língua estrangeira; isso não significa que essas crianças devem ser poupadas do aprendizado da língua padrão, cujo valor cultural é inegável; significa apenas que a criança que sempre falou *calipe*, para chegar a falar <*eucalipto*>, terá de aprender essa palavra como uma palavra nova e, portanto, terá de dar dois passos em vez de apenas um. Infelizmente, muitos de nossos mestres de primeiras letras não param para pensar nesse tipo de dificuldade; com isso, é possível que acabem gastando muita energia no uso de estratégias pedagógicas equivocadas ou que tenham que subestimar a capacidade de seus alunos, quando o problema é outro. (Ilari e Basso, 2009, p.177)

Vale salientar que as duas modalidades da língua portuguesa, devem ter a mesma importância de ensino, ou seja, valorizar também a língua falada pelo aluno, quebrando o tabu de ter a gramática como única e absoluta:

A gramática deve conter uma boa quantidade de atividades de pesquisa, que possibilitem ao aluno a produção de seu próprio conhecimento lingüístico, como uma arma eficaz contra a reprodução irrefletida e a crítica da doutrina gramatical normativa. (Bago 2000, p. 87)

Explorar e aproveitar, portanto, a fala do aluno como objeto de estudo, é essencial para promover uma melhor compreensão do estudo da distância da modalidade falada e da modalidade escrita, o “bilinguismo” da língua portuguesa.

Os parâmetros curriculares (Pcns), tratam sobre o que a escola deve ensinar, vejamos:

A questão não é falar certo ou falar errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características de contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e porque se diz determinada coisa. é saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.

Portanto, a instituição escolar deve orientar os discentes acerca dos diferentes contextos em que a língua é empregada. Empenhar - se a disseminar a cultura do falar errado, estimulando os alunos a compartilhar suas experiências linguísticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando um usuário inicia sua vida acadêmica, o intuito não é que ele se dirija até a unidade de ensino para aprender a língua materna, pois ele já a domina. Uma criança sabe falar as sentenças sintáticas normalmente. Nesse sentido, o professor de língua materna irá orientar acerca das formas compartilhadas com diferentes interlocutores, as narrativas, objetos linguísticos, as variações linguísticas, dentre outros. E não iniciar a língua portuguesa como se o usuário não soubesse nada, até porque quando uma criança desenvolve a fala, ela já adquire um vocabulário bastante amplo.

No entanto, a escola como instituição ainda tem uma preferência pelo ato da correção linguística. Dessa forma, não busca trabalhar a variação linguística que o aluno traz, esta preocupa-se em ensinar-lhe a norma culta, como de forma única e absoluta e dando a entender que utilizar-se de outros modos é errado e não condiz com a prática estudantil.

É de suma importância, o ensino da norma culta, e o aluno aprende a norma culta na escola, até porque grande parte dos textos são escritos com base na norma, mas a instituição não pode ser indiferente com as variações linguísticas. A unidade linguística é uma falácia e a realidade e as práticas escolares nos dizem que há uma diversidade que deve ser considerada e respeitada.

Apesar disso, por diversas vezes a escola trata com desdém a bagagem lexical do discente. Quando coloca em primeiro plano a questão de erro, em se tratando da variação que o usuário utiliza, provoca em determinados alunos uma aversão à norma culta, pois ele não abandonará sua variedade linguística, a qual já está presente no seu cotidiano.

Nesse sentido, deve-se aproveitar a língua falada pelo aluno e, conseqüentemente, abordar a norma culta, as duas com a mesma importância e respeito, fazendo com que ao invés de impor “uma língua diferente” o aluno esteja estimulado a aprendê-la e a utilizá-la. E o discente consegue ter esse desejo a partir do momento em que ele compreende, através do professor de língua materna, que, muito embora exista uma distância entre as modalidades, qualquer falante consegue dominá-las.

O professor de língua materna alcança êxito no ensino da norma culta não apenas com o ensino de gramática, mas principalmente com a leitura, uma vez que é através da leitura e de diversos gêneros textuais que conseguimos observar as variações linguísticas e também contribuimos para o aprimoramento do nosso léxico.

A comunicação é inata ao ser humano. Nesse sentido, a principal função de uma língua é promover a comunicabilidade. A língua sozinha não existe, é imprescindível que haja uma comunidade que a expresse. Dessa forma, estudar a língua através das práticas comunicativas dos usuários é a melhor forma de dominar o idioma.

Através do exposto, podemos perceber que a aprendizagem da língua na perspectiva diacrônica, indispensável na formação do professor de letras/português, possibilita um domínio mais amplo do fenômeno linguístico. Os denominados estudos diacrônicos, inclusive, conferem legitimidade aos estudos sociolinguísticos, como demonstra, em várias das suas obras, o professor Marcos Bagno. Isso prova o valor desses estudos não só como facilitador da aprendizagem da língua denominada culta, consolidada nas gramáticas normativas, que têm como modelo a gramática latina e suas congêneres clássicas, como o estudo particular da história da língua portuguesa que abrange o latim vulgar e as línguas românicas em suas particularidades linguísticas, por meio das quais alicerçaram a formação e as

transformações da nossa língua, demonstrando a valia das formas tidas como não-padrão.

Pressuponho que assim, o preconceito com a língua portuguesa diminuirá, pois o usuário poderá compreender que o “bilinguismo” da língua portuguesa se encadeia por causa de diversos fatores que atuam ao longo do desenvolvimento histórico da língua.

Diante disso, é dever do professor deixar os alunos cientes desse “bilinguismo” da língua portuguesa, dando a devida importância ao fato de que a gramática não precisa ser empregada à risca o tempo inteiro. Que não tem problema se o aluno vez ou outra se expressa fora do que a gramática defende, fazendo com que entendam que o importante é haver comunicação, pois a língua está em constante mudança. Dessa maneira, a forma de ensino necessita adequar-se a essas mudanças.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maria Irandé Costa Moraes. **Muito além da gramática:** por um ensino de gramática sem pedra no caminho. São Paulo, Ed. Parábola, 2007
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália:** novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006
- BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa.** São Paulo, Ed. Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico:** O que é, como se faz? 38 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.**
- CÂMARA JR., João Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. **História e estrutura da língua portuguesa.** 2ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- CARDEIRA, Esperança. **O essencial sobre a história do português.** Lisboa: Editorial Caminho, SA, 2006.
- COUTINHO, I. de L. **Gramática Histórica.** 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- Glossário Ceale: **termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores /** Isabel Cristina Alves da Silva Frade, Maria da Graça Costa Val, Maria das Graças de Castro Bregunci (orgs). Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014.

ILARI, Rodolfo. BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. 2. ed - São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, G. C. **A língua do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975 [1946]

OLIVEIRA, Gilvan Muller. Um Atlântico Ampliado: O português nas políticas linguísticas do século XXI. In: LOPES, Luiz da Moita (org.). **O Português no Século XXI**: Cenário geopolítico e sociolinguística. São Paulo: Parábola, 2013. p. 67.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

VIARIO, Mário Eduardo. As mudanças fonéticas. In: VIARIO, Mário Eduardo. **Etimologia**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 128-188.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da Mudança Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.